

# Tarefa de demitir será dos Estados

BRASÍLIA — O Governo federal não quer arcar com o ônus de demitir funcionários, como forma de igualar sua despesa à receita, que ano que vem será reduzida em 17,6%, com a vigência da nova ordem tributária aprovada pela Constituinte. A decisão de demitir ou reaproveitar funcionários será transferida aos governadores e prefeitos, que serão os administradores de quase mil programas que até este ano estão sob a responsabilidade do Governo federal.

Esta fórmula foi anunciada ontem pelo Presidente José Sarney a seus líderes no Congresso, em reunião de mais de duas horas no Palácio da Alvorada. O Governo federal quer transferir aos Estados e municípios os encargos de quase mil programas nas áreas de saúde, educação e até construção de rodovias estaduais, como forma de reduzir suas despesas na proporção em que a receita da União cairá a partir do ano que vem, com a reforma tributária.

As informações foram dadas ontem pelo líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha. Na reunião, da qual participaram ainda os líderes do PFL, José Lourenço, e do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e no Senado, Saldanha Derzi, o Presidente informou que o Orçamento da União de 1989 terá um corte de CZ\$ 1,3 trilhão, sendo aplicado a todos os Ministérios uma redução de 10%, além de outros cortes setoriais.

Marcondes Gadelha disse que o Orçamento, que será analisado na reunião ministerial de quinta-feira, representa uma revolução, na medida em que está sendo amplamente discutido dentro do Governo e com o Congresso. Ele defende a apresentação do Orçamento, pelo Presidente, a representantes dos empresários.

— Há mais de 20 anos este País não via seu Orçamento ser discutido. O Congresso o aprovava com casca e nó, mas agora o povo poderá saber onde está sendo aplicado o seu dinheiro — disse o líder do PFL.